

RELÁTÓRIO ANUAL 2015

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA



SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	3
<i>Introdução</i>	4
<i>Denúncias de violação de direitos humanos</i>	11
<i>Atividades Realizadas Pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa no Ano de 2015</i>	21
<i>Projetos que tramitaram na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa</i>	28



1. APRESENTAÇÃO

O ano de 2015 foi marcado por desafios e descobertas!

Ao conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás, também assumi o compromisso de estar à frente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás.

No Brasil, a discussão dos Direitos Humanos e as ações técnicas e políticas relacionadas a este tema, têm mobilizado a mídia nacional e, conseqüentemente, elevado a consciência da sociedade brasileira sobre assuntos que são extremamente importantes para a promoção da cidadania e para o respeito aos direitos humanos.

A UNESCO acredita que somente pela mobilização de todos os atores direta ou indiretamente envolvidos poder-se-á contribuir para a promoção da cidadania, a consolidação da democracia, a promoção da igualdade, o acesso amplo à justiça e a garantia da segurança.

Em Goiás, não tem sido diferente. A questão dos direitos humanos têm sido amplamente discutida e defendida. Esta Comissão, assim como as entidades parceiras, tem atuado em diversos campos, como a investigação de denúncias de lesão ou ameaça aos direitos humanos, especialmente, quando estiver relacionado aos direitos do idoso, portador de deficiência, etnias e grupos sociais minoritários.

Neste relatório, você terá um resumo de nossas atividades ao longo deste ano. Aproveito para externar a todos, meus sinceros votos de um Feliz Natal e um Ano Novo repleto de realizações!

RENATO DE CASTRO

Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Direitos Humanos,
Cidadania e Legislação Participativa.



1. INTRODUÇÃO

O ano de 2015 revelou-se um período de bastante trabalho para a CDH/Alego, contabilizando inúmeros atendimentos e diligências realizadas no intuito de resguardar os Direitos Humanos neste Estado. A democratização desta temática tem sido objeto de constante trabalho pelos membros deste expediente de tutela dos Direitos Humanos.



Neste propósito, de modo a fortalecer sua atuação, a CDH/Alego tem se dedicado a provocar a cada dia, com maior brevidade, as instituições que são objeto de representação neste expediente, também realizando o acompanhamento contínuo das demandas já encaminhadas.

Importante ressaltar que, não é só o trabalho instrumental da Comissão que tem alcançado os anseios dos cidadãos que a procuram, mas também a acolhida que cada um recebe ao procurar este expediente. Salienta-se que, mesmo nas ocasiões em que a CDH/Alego não dispõe de mecanismos legais para atuar, o cidadão é prontamente atendido e orientado acerca do meio adequado a alcançar a resposta que procura.



Ainda com relação a temática envolvida à CDH, o ano de 2015 foi marcado pela realização de importante Seminário destacando “Ações de combate e prevenção à Tortura” que, dentre outros assuntos, abordou os casos de violência ocorridos em municípios goianos, ouvindo ainda autoridades e colhendo sugestões para um melhor tratamento do tema.





No decorrer deste ano, a Comissão de Direitos Humanos, através de seu Presidente, Deputado Renato de Castro, se fez presente ainda em Audiência Pública realizada no Município de Cavalcante, juntamente à Comunidade Calunga daquela região, para apurar casos de abuso sexual contra menores.





Ainda este ano, destaca-se o viés legislativo da CDH/Alego, através do recebimento de propostas de iniciativa civil, a exemplo da Lei Anti-Discriminatória para penalizar, administrativamente, a prática de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, no combate a homofobia, de iniciativa da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB/GO.

A Comissão recebeu ainda proposta legislativa oriunda de pesquisa elaborada por alunos da equipe de robótica do ensino fundamental da escola SESI Canaã, cujo tema aborda o tratamento a ser dispensado aos resíduos sólidos.

Na oportunidade, os alunos visitaram as dependências da CDH/Alego, podendo ver de perto como se desenvolvem os trabalhos no local, e ainda receberam uma palestra expositiva ministrada pelo Diretor Legislativo da Casa, Senhor Wagner Siqueira, que acumula vasta experiência com a temática.



Ressalta-se que, tais iniciativas revelam o engajamento da sociedade com temas que são recorrentes no cotidiano, demonstrando ainda a importância de que cada um de nós estejamos, dia após dia, imbuído do pleno exercício da cidadania, pois só assim será possível participar da construção de uma nova realidade, especialmente, no tocante aos direitos humanos no Estado de Goiás.



Encerrando o ano de 2015, no dia de 10 de dezembro, realizou-se Sessão solene em comemoração à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A data celebra o dia em que a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, a 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que em 2015, completa 67 anos. A data visa homenagear ainda o empenho e dedicação de todos aqueles que promovem a defesa dos direitos humanos e a busca por uma sociedade justa e igualitária. Na oportunidade, foram concedidas medalhas e certificados de honra ao mérito a autoridades e membros da sociedade civil que se destacaram na luta pela promoção e defesa dos direitos humanos.

Deputado Renato de Castro destacou que “A questão dos Direitos Humanos tem sido amplamente discutida e defendida especialmente por esta Comissão, a qual tenho a honra de estar à frente”.





Durante o evento, cinco personalidades receberam a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira. Renato de Castro, também homenageou treze convidados com o Certificado de Honra ao Mérito pela defesa dos Direitos Humanos.

Homenageados com a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira:

- José Eduardo Barbieri: Coordenador do Programa de Direitos Humanos;
- Gabriela Hamdan: Defensora Pública do Estado de Goiás;
- Mauro Rubem: ex-deputado estadual; presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás (CUT-GO);
- Airton Alves de Sousa: Polícia Militar do Estado de Goiás;
- Joalcema Rodrigues Antunes: Professora, servidora pública.



Homenageados com o Certificado de Honra ao Mérito:

- Delegada Adriana Accorsi: Deputada Estadual;
- Cristina Lopes Afonso: vereadora de Goiânia;
- Deocleciano Lemos Calácio: Policial Civil do Estado de Goiás;
- Edilson de Brito: Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública;
- Eurípedes Ribeiro Clementino Junior: Autor do Livro “Direitos Humanos e o Enfrentamento da Tortura no Brasil”;
- Fábio Fazzion: Assessor Parlamentar;
- Fabrício Silva Rosa: Inspetor da Polícia Rodoviária Federal;
- Marina Sant'anna: Ex-Deputada Federal;
- Marlos Ariano Almeida Ribeiro: Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Goiás;
- Onaide Santillo: Superintendente Estadual de Direitos Humanos;
- Pedro Sérgio: Diretor do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás;
- Pedro Wilson Guimarães: Secretário de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas.



Várias Autoridades estiveram presentes na realização da Sessão Solene.





2. DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS:

Denúncia nº 1/2015 – Negligência Médica

A Comissão recebeu denúncia de que um recém-nascido teria ido a óbito em decorrência de negligência médica ocorrida em hospital da capital. Para tanto, o denunciante sustenta que recebeu a informação de que a criança não poderia ter sido liberada tão precocemente após seu nascimento.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
02	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás	Informa que será instaurada sindicância para apuração dos fatos
03	Ministério Público do Estado – GO	

Denúncia nº 2/2015 – Outros

Idosa procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa para denunciar atendimento inadequado à denunciante por parte de órgão estadual, quando intentara registrar episódio de desrespeito do direito à gratuidade no transporte intermunicipal por parte de empresa de ônibus.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
04	Ministério Público do Estado – GO	

Denúncia nº 3/2015 – Outros

Casal de idosos procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa solicitam auxílio sustentando que foram interpelados em uma ação judicial com pedido de despejo.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
05	2ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO	
06	Agência Goiana de Habitação	

Denúncia nº 4/2015 –Atuação de agentes estatais

A Comissão de Direitos Humanos recebeu denúncia de supostas irregularidades em abordagem realizada.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
08	Guarda Civil	
09	Prefeitura Municipal de Goiânia	Informa que foi instaurado um processo administrativo para que sejam apuradas as irregularidades apontadas.
10	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 5/2015 – Negligência Médica

Cidadã procurou a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa para relatar suposto erro em tratamento médico.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
07	Hospital	
11	Ministério Público do Estado de Goiás	Por ordem da Promotora de Justiça Ana Maria Rodrigues da Cunha, Chefe de



		Gabinete da PGJ-GO, sirvo-me do presente para informá-lo de que o expediente em epígrafe, protocolo nº 201500148975, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, na data de 22.04.2015, para conhecimento e providências pertinentes.
12	Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Goiás	
13	Secretaria de Saúde do Estado de Goiás	
14	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás	Informa que foi instaurado um procedimento administrativo para apuração dos fatos.

Denúncia nº 6/2015 – Negligência médica

Chegou ao conhecimento da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa denúncia de negativa de atendimento médico.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
15	Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás	Informa que foi instaurado um procedimento administrativo para apuração dos fatos.
16	Ministério Público do Estado de Goiás	Por ordem da Promotora de Justiça Ana Maria Rodrigues da Cunha, Chefe de Gabinete da PGJ-GO, sirvo-me do presente para informá-lo de que o



		expediente em epígrafe, protocolo nº 201500148984, foi encaminhado para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Goiânia, na data de 22.04.2015, para conhecimento e providências pertinentes.
17	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	

Denúncia nº 7/2015 – Irregularidades em ato administrativo

Denúncia não processada por insuficiência de dados.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
19	Ministério Público do Estado de Goiás	

Denúncia nº 8/2015 – Omissão estatal

Solucionada através mediação de conflitos.

Denúncia nº 9/2015 – Omissão Estatal

Cidadã procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa informando que seu filho está cumprindo pena no Sistema Penitenciário e que o local não oferece condições necessárias para tal.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
---------	------------------	-----------------------



22	Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado - GO	
22	Superintendência Executiva de Administração Penitenciária	
22	Secretaria da Segurança Pública do Estado - GO	Informamos que a manifestação enviada por Vossa Senhoria via Ofício e Cadastrada no Sistema de Gestão da Ouvidoria Geral do Estado de Goiás, sob o n.º 2815.8688.152533-57, foi enviado ao Superintendente Executivo de Administração Penitenciária da Secretariade Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, através do Ofício 923/2815-0G/SSP.

Denúncia nº 10/2015 – Omissão Estatal

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
23	Secretaria Municipal de Trânsito	

Denúncia nº 11/2015 – Violação de direitos fundamentais

Denúncia encaminhada para a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás para tomar as providências cabíveis.

Denúncia nº 12/2015 – Maus Tratos

Chegou a conhecimento da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, através de contato por telefone, ocorrência de maus tratos contra pessoa idosa em cidade do interior de Goiás.



Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
26	Superintendência Executiva de Direitos Humanos	
26	Ministério Público- GO	

Denúncia nº 13/2015 – Omissão estatal

Recebemos na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás, a informação de que uma menor seria aluna de Escola Municipal do interior do estado de Goiás. Nesta ocasião foi notificado que a criança estaria supostamente sendo perseguida pelos responsáveis da própria instituição.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
32	Ministério Público do Estado de Goiás	
33	Conselho Tutelar de Goiás	

Denúncia nº 14/2015 – Maus Tratos

Esteve na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, cidadão relatando dificuldades de atendimento médico ao seu filho que se encontrava recluso.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
	Contato telefônico com órgão responsável	Resolvida mediante mediação de conflito



Denúncia nº 15/2015 – Violência Policial

Denúncia encaminhada para a Comissão competente para analisar e processar o fato.

Denúncia nº 16/2015 – Omissão Estatal

Denúncia encaminhada para a Comissão competente para analisar e processar o fato.

Denúncia nº 17/2015 – Maus Tratos

Denunciante relata maus tratos em presídios, não tendo a assistência médica necessária, alimentação adequada ou mesmo produtos para higiene pessoal. Denunciam superlotação nas celas e alimentação em condições inadequadas para consumo humano.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
36	Ministério Público do Estado – GO	
37	Superintendência Executiva de Direitos Humanos do Estado de Goiás	

Denúncia nº 18/2015 – Perseguição Política

Chegou a conhecimento desta comissão supostas perseguições políticas no interior do estado de Goiás. Os denunciantes requerem que seja instaurado procedimento investigatório para apurar os fatos.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
40	Ouvidoria Geral da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	



40	Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	
----	---	--

Denúncia nº 19/2015 – Omissão Estatal

Cidadã narra dificuldades em visitar esposo que está recluso em município do interior do estado de Goiás.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
47	Ministério Público do Estado de Goiás	
47	Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	
47	Superintendência Executiva de Administração Penitenciária - SEAP	

Denúncia nº 20/2015 – Omissão Estatal

Processada em conjunto com denúncia posterior.

Denúncia nº 21/2015 – Irregularidades em ato administrativo

Foi relatado nesta comissão irregularidades no tocante a cessação, cancelamento e suspensão de benefício previdenciário.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
48	GOIÁSPREV	



Denúncia nº 22/2015 – Omissão estatal

Chegou ao conhecimento desta Comissão a informação de que supostas arbitrariedades estariam ocorrendo dentro de uma gleba de terras situada no interior do Estado, fruto de uma demanda judicial que existe em torno da propriedade e posse do terreno.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
49	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	

Denúncia nº 23/2015 – Perseguição Política

Senhor procura a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa para denunciar suposta perseguição política que vem sofrendo.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
53	Delegacia de Polícia	
53	Promotoria de Justiça	
54	Instituto	

Denúncia nº 24/2015 – Omissão Estatal

Solicitação de apuração dos responsáveis por agressões sofridas por adolescente, supostamente em Delegacia de Polícia.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
52	Ministério Público do Estado de Goiás	



52	Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	
52	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás	

Denúncia nº 25/2015 – Violação de direitos fundamentais

Chegou ao conhecimento desta Comissão a informação de supostas irregularidades em instituição desta Capital.

Ofícios	Órgãos acionados	Respostas aos ofícios
55	Conselho Nacional de Justiça	

Denúncia nº 26/2015 – Maus Tratos

Encaminhada para a Comissão Competente para analisar a demanda solicitada.



**3. ATIVIDADES REALIZADAS PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, NO ANO DE 2015.**

ABRIL	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	20/04 Participação em Audiência Pública realizada pela Câmara Federal, para apurar os abusos sexuais praticados contra as jovens calungas na cidade de Cavalcante.
REUNIÕES	13/04 Realização de reunião através da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa com representantes da Anistia Internacional do Estado de Goiás. 22/04 Exposição da experiência vivida na Audiência Pública realizada pela Câmara Federal, para apurar os abusos sexuais praticados contra as jovens calungas na cidade de Cavalcante, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás para acadêmicos do curso de Bacharelado em Direitos



MAIO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	06/05 Participação em Audiência Pública sobre a redução da maioria penal na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás 14/05 Participação em Audiência Pública sobre a redução da maioria penal na Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás

JUNHO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	19/06 Participação em Audiência Pública sobre o fortalecimento da economia solidária
REUNIÕES	19/06 Participação em reunião na Câmara Municipal de Goiânia com membros do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura



DEMAIS AÇÕES	<p>02/06 Participação no Seminário “Juventude Viva”, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O seminário tem por finalidade discutir e definir as ações conjuntas e articuladas de enfrentamento à violência e o extermínio da juventude, e, sobretudo da juventude negra, principal vítima de homicídios nas capitais brasileiras.</p>

AGOSTO	
REUNIÕES	<p>30/08 Participação na Conferência Municipal de Direitos Humanos</p> <p>19/08 Participação em reunião na Câmara Municipal de Goiânia com membros do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura.</p>
DEMAIS AÇÕES	<p>25/08 Participação na edição do projeto “Escola vai ao Legislativo” realizada pela Escola do Legislativo em parceria com a escola Nova Vida, da cidade de Luziânia.</p>



	<p>28/08 Participação no curso de Direitos Humanos e Cidadania, realizado pela Escola do Legislativo.</p> <p>31/08 Participação na edição do projeto “Escola vai ao Legislativo” realizada pela Escola do Legislativo em parceria com a escola SESI Vila Canaã.</p>
--	---

SETEMBRO	
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	
REUNIÕES	<p>01/09 Participação de reunião com professor da PUC.</p>
DEMAIS AÇÕES	<p>26/09 Participação no “X Simpósio Crítico de Ciências Penais: Mais Amor Por Favor”.</p> <p>24/09 Participação em palestra realizada sobre: Fundamentos princípios do Direito Administrativo”</p>



	<p>24/09 Visita ao Ministério Público Federal do Estado de Goiás.</p> <p>30/09 Participa de Palestra da Polícia Federal na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.</p>
--	---

OUTUBRO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	<p>22/10 Participação em Audiência Pública sobre “Direitos Humanos e Cultura e Paz”, realizada na Câmara de Vereadores da cidade de Goiânia</p>
DEMAIS AÇÕES	<p>06/10 Participação em palestra realizada na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sobre o tema: “A Mulher Encarcerada em Goiás”.</p> <p>14/10 Participação no projeto “Escola no Legislativo”, com o intuito de aprimorar o acadêmico de Direito do processo legislativo.</p> <p>20/10 Aluno do colégio SESI fazem a entrega de projeto de Lei.</p> <p>20/10 Visita no Ministério Público do Estado de Goiás</p> <p>23/10 Participação no “Fórum Direito e Fraternidade Jurídico”, realizando na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.</p>

NOVEMBRO

CONGRESSOS	<p>12/11 Participação no I Congresso de policiais Legislativos do Brasil, realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.</p>
------------	--



Audiências Públicas	05/11 Participação na Audiência Pública sobre “Direitos Humanos”, realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Goiânia.
REUNIÕES	12/11 Participação em reunião do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás. 06//11 Participação em reunião na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas de Goiânia.
DEMAIS AÇÕES	04/11 Participação na solenidade de posse de novos membros da Comissão Estadual da Verdade da OAB-Goiás. 11/11 Participação em debate sobre: “Direitos Humanos e Violação da Criança”, na Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás. 14/11 Participação na Plenária da Frente Popular Brasil. 16/11 Participação de evento realizado na PUC-GO sobre “AÇÕES AFIRMATIVAS E SEU LASTRO CONSTITUCIONAL”.

DEZEMBRO

SESSÃO SOLENE	10/12 Sessão solene em comemoração à Declaração Universal dos Direitos Humanos. A data celebra o dia em que a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, a 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que em 2015, completa 67 anos.
---------------	--



DEMAIS AÇÕES	<p>01/12 Participação no evento “Juventude esperta é Juventude Prevenida”, realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.</p> <p>10/12 Participação na V Conferencia Estadual de Direitos Humanos.</p>
REUNIÕES	<p>16/12 Participação em reunião do Comitê Estadual de Combate e Prevenção à tortura.</p>



**4. PROJETOS QUE TRAMITARAM NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA:**

Processo nº 1433/2015	DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI Institui a Política Estadual do Idoso e dá outras providências.
Processo nº 1711/2015	DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI Torna obrigatória a afixação de cartazes em estabelecimentos comerciais de grande circulação, academias, aeroportos, bancos, escolas, faculdades, hospitais, shoppings centers e terminais rodoviários contendo informações sobre o Disque Direitos Humanos – DISQUE 100.
Processo nº 1216/2015	DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI Institui a política estadual para o sistema integrado de informações de violência contra a mulher no estado de Goiás, denominado observatório estadual da violência contra a mulher.
Processo nº 2170/2015	DEP. VIRMONDES CRUVINEL FILHO Institui o Regime Assistencial Especial de Promoção de Emprego e renda às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de Goiás e dá outras providências.
Processo nº 1431/2015	DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI Institui a política estadual para o sistema integrado de informações de violência contra o idoso no estado de Goiás, denominado observatório estadual da violência contra o idoso.
Processo nº 1608/2015	DEP. DR. ANTÔNIO Institui o programa de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica.
Processo nº 2345/2015	DEP. MANOEL DE OLIVEIRA Institui o Estatuto da vítima e de seus dependentes e dá outras providências.
Processo nº 2754/2015	DEP. GUSTAVO SEBBA Cria o Programa de Conscientização a homens agressores no âmbito familiar através de ações socioeducativas e preventivas.
Processo nº 3145/2015	DEP. DR. ANTÔNIO Altera dispositivo da Lei nº 12.355, de 5 de maio de 1994, que assegura aos estudantes o direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer e dá outras providências.



DEPUTADOS MEMBROS – 18ª Legislatura

(Decreto Administrativo n. 2.628, de 25 de fevereiro de 2015)

Presidente: Renato de Castro(PT)
Vice-Presidente: Isaura Lemos (PC do B)
Zé Antônio (PTB)
Dr. Antônio (PDT)
Sergio Bravo (PROS)
José Nelto (PMDB)
Francisco Jr. (PSD)

Suplentes: Isso Moreira (PSDB)
Lincoln Tejota (PSD)
Marlúcio Pereira (PDT)
Charles Bento (PRTB)
Jean (PHS)
Paulo César (PMDB)
Luis Cesar Bueno (PT)

Equipe Técnica

Assistente Legislativo: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico
Assistente Legislativo: Sintia Chrystina da Silva
Assistente Legislativo: Julio Cesar Peixoto Alves
Assistente Legislativo: Mardone Amador Vieira Junior
Estagiário: João Gabriel Caetano Freitas
Assessora Parlamentar: Jaine Braz Silva
Secretária: Valeria Peixoto de Sousa Pacifico